

Para uma política de preservação do património industrial em Portugal

Alfredo Tinoco

Sabemos todos os que aqui nos encontramos que o “choque do futuro” que é o nosso presente levou muita gente a olhar para o passado.

De facto, nesta nossa época de revolução electrónica, das auto-estradas da informação e da desindustrialização, muitos se sentem atraídos com curiosidade e, até, com alguma nostalgia, pelo tempo, pelos vestígios, pelos testemunhos das origens da época industrial que marcou a Europa e o mundo inteiro nos últimos séculos.

De resto, o impacto aos níveis pessoal e social que a progressiva automação e as outras aplicações da electrónica vêm causando nos nossos dias e o seu reflexo no plano do imaginário colectivo, não hão-de ser menores, nem muito diferentes do que foram séculos atrás, o impacto causado pelo trabalho das primeiras máquinas ou pela passagem das primeiras composições do caminho de ferro a uma velocidade “estonteante”, quando a sociedade se confrontava ainda com uma tecnologia cujo padrão era a medida do homem.

Tornou-se já lugar comum referir que a Arqueologia Industrial e, conseqüentemente, o aparecimento de uma nova série de museus de indústria, têm origem e são resultado das destruições provocadas pela II Guerra Mundial e pela aceleração do desenvolvimento tecnológico que se produziu no imediato pós-guerra.

Nesses anos, renasceu o interesse por conservar os edifícios industriais. Como nota R.Curti “a partir dos anos 70 do século XX começa a dar-se uma atenção totalmente nova em relação aos fenómenos que o processo de industrialização vai gerar e difundir em tempos e espaços diversos. Começa, então, a tomar-se em consideração a relação espacio-temporal daqueles fenómenos, segundo uma cronologia que compreende um largo período e alarga-se a tipologia dos objectos referenciados”¹. Esta mudança, como acentua Angel Calvo, é da máxima importância já que “afecta os sistemas de produção e de vida e, ainda, as formas do saber/trabalho”². Ora, não deixa de ser curioso que, sendo o Património Industrial uma resultante do crescimento económico dos anos 50/60 do século passado não esteja de nenhuma forma subordinado a esse tipo de crescimento. Isso mesmo fica demonstrado pelo facto da sua expansão para todo o mundo e da sua vitalidade, isto em plena crise económica mundial como a que estamos vivendo há quase duas décadas.

Encontremos então uma definição operatória para o objecto do nosso trabalho: o Património Industrial e a Arqueologia têm sido definidos como uma actividade científica que compreende a descoberta, a análise histórica, a valorização e a recuperação dos restos físicos do passado tecnológico e produtivo. Era assim que os definíamos há quase trinta anos. Hoje podemos alargar um pouco a definição e falar dos vestígios físicos, móveis e imóveis, mas também dos bens imateriais e das paisagens que nós herdámos, e igualmente das que criámos nós próprios isto é, os da

¹ R. Curti, Metodologia..., in Identitats, Verão 1989, 2-3, p. 13.

Citado por A. Calvo in Arqueologia Industrial, História Total, p. 318.

² A. Calvo, op. Citada, id.

nossa contemporaneidade, e que queremos (ou não) que permaneçam no tecido cultural da nossa sociedade.

O trabalho na área do Património Industrial, contempla assim três planos de abordagem:

- O campo da salvaguarda em que promovemos acções de Identificação, inventariação, classificação, valorização, conservação, reabilitação, sempre tendo em vista a reutilização ou a Destruição quando depois de estudado e registado, o bem não necessita permanecer no nosso tecido cultural.
- Em segundo lugar o campo de estudo aquele que procura transformar os vestígios patrimoniais em conceitos, em hipóteses de trabalho e métodos que possam explicar, interpretar, enfim conhecer uma determinada realidade industrial ou pré-industrial. Isto tem-nos obrigado a definir as fontes para o estudo do Património Industrial que, como sabemos são vastíssimas e, por outro lado os métodos de trabalho, aliando a investigação ao trabalho de campo.
- Finalmente o campo da divulgação, ou seja, o da transmissão de conhecimentos construídos e do resultado do nosso trabalho.

Sejam quais forem os meios utilizados – gráficos, áudio-visuais ou os Museus, trata-se sempre de transmitir conhecimentos que permitam modificar as ideias correntes em relação à indústria e à industrialização, que permitam um acesso mais alargado ao universo da técnica e um enriquecimento cultural; e que possibilitem o estabelecimento de relações entre técnica, cultura e indústria. Quer isto dizer que o campo de trabalho do Património Industrial abarca todo um

variado leque de disciplinas que têm que ver com a redescoberta, o estudo, a valorização, a conservação e a reutilização dos vestígios culturais, físicos e imateriais, relacionados com a história da indústria e do trabalho com ela conotado.

Estes contributos, levantam desde logo alguns problemas epistemológicos e metodológicos, que, não sendo aqui objecto central do debate convém referir. Antes de mais, a questão da origem do termo Arqueologia Industrial como durante muito tempo nos referimos ao que hoje designamos por Património Industrial.

Parece-me agora cada vez mais pertinente chamar a atenção para a primazia do seu uso por Viterbo nos anos finais de Oitocentos, não pela reivindicação simples nem triunfalista nem patrioteira dessa primazia, mas antes porque ela se prende com o alargamento do campo de estudo da Arqueologia Industrial, com a amplificação da escala cronológica de que falava Curti a períodos anteriores à Revolução Industrial, marco cultural e civilizacional que, afinal, balizava a definição dos historiadores dos anos cinquenta que temos tido como fundadores desta disciplina.

É que, correlatamente a este problema da origem do termo (lembro que Viterbo o utilizou para aconselhar o estudo de moinhos e lagares e estruturas afins) vem do objecto de trabalho da Arqueologia Industrial e do Património que tem feito correr muita tinta. Refiro-me, naturalmente, à legitimidade do trabalho centrado em épocas e em modos de produção anteriores à Revolução Industrial – isto é, aquilo que hoje é corrente chamar as fases pré-industrial e proto-industrial. Quero apenas lembrar que têm sido a prática teórica e o trabalho de campo desenvolvidos na área do Património

Industrial, que legitimaram o estudo científico daquelas épocas e daqueles modos de produção e iluminaram, com os modelos teóricos e as metodologias adequadas que foram desenvolvendo, a passagem desse “tempo que nós perdemos”, para usar a expressão de Laslet³, aos tempos do ritmo de trabalho industrial e do modo de produção capitalista. Seja-me permitido, e apenas de passagem, alargar aqui um pouco mais o âmbito temporal do campo de trabalho do Património Industrial, agora não para o passado mas para o presente e futuro. É que precisamos de começar a desenvolver a teoria e a metodologia que nos permitam fazer uma análise correcta da era pós-industrial e da desindustrialização que começamos a viver.

Um outro vector que cumpre assinalar na análise das definições a que nos reportamos é o do lugar da interdisciplinaridade. De facto, desde o início que o nosso trabalho incide sobre materiais e técnicas e sociedades muito variados que vão da fábrica, monumento industrial por excelência, às minas, às máquinas e instrumentos de trabalho, os mais variados, à habitação aos transportes, às pontes aos portos e canais, aos moinhos, às energias aos produtos os mais diversos, aos homens, naturalmente, às condições materiais em que se realiza o seu trabalho. Não admira, portanto, que, além de historiadores e arqueólogos tenham sido condenados a trabalhar em equipa, conforme as necessidades o aconselham, economistas e engenheiros, arquitectos, sociólogos e antropólogos e todos os que com o seu método próprio têm enriquecido o saber teórico sobre o Património Industrial. E é justo salientar aqui este pioneirismo já que os novos paradigmas científicos apontam justamente nesta

³ LASLET, P. – O Tempo que nós Perdemos, Cosmos, Lisboa, s/d.

direcção que era, afinal, um hábito rotineiro do trabalho em Património Industrial.

Finalmente, e porque isso se aproxima do objecto da nossa reflexão, seja-nos permitido assinalar o carácter conservacionista implícito ou explícito nas duas definições que estamos cotejando e que, afinal está presente desde o início.

Para Calvo, a análise histórica há-de servir para sustentar a recuperação e a valorização dos vestígios do passado industrial. Mutatore, por seu turno, acentua expressamente os aspectos da redescoberta e valorização e da conservação e reutilização desses vestígios.

Queria apenas chamar a atenção para o facto de que não basta, aqui, como noutras áreas do saber, ter um conhecimento abstracto do passado. É necessário, muitas vezes, para a sua correcta compreensão, apropriarmo-nos dos lugares, dos ambientes, das escalas espacio-temporais em que se desenrolou a actividade do homem, para nos apropriarmos dos saberes e, já agora, dos saberes-fazer. Isto é, para nos apropriarmos dos instrumentos que são a base da nossa memória colectiva, da nossa identidade.

Ora, na área que nos ocupa, a aceleração do progresso tecnológico, corre paralela à aceleração das destruições e do desaparecimento das estruturas físicas e dos saberes técnicos e tecnológicos.

Não admira, então, que tenhamos necessidade de incluir na definição de uma disciplina científica, elementos que são, na realidade, a proposta de um programa, tais a vanguarda e a reutilização do património que é objecto de estudo dessa disciplina.

Com efeito, podemos afirmar que, teleologicamente, a finalidade do Património Industrial é, mais do que um estudo, a perenização do objecto

estudado. Ou, como alguém dizia, com alguma ironia “ é como se o objecto da Arqueologia Industrial fosse o de impedir que os objectos da sua pesquisa se tornassem arqueológicos!” .

Naturalmente que se coloca aqui um problema de ordem teórico/prática. É que não podemos salvar tudo (e muito do que deveria ser salvo já foi destruído). E também não podemos guardar tudo (nem isso é necessário). Então, creio que estamos num momento em que precisamos repensar o nosso campo de estudos, especificar com maior clareza a nossa actuação, dando-lhe um novo enquadramento espaciotemporal para que tudo isso nos permita conciliar uma salvaguarda eficaz e correcta daquilo que pode e que merece ser salvo (e isto passa para a sua reutilização em termos exequíveis) com o estudo aprofundado daquilo que fatalmente está destinado a desaparecer (o que implica a sua consequente divulgação e difusão).

Nos nossos dias temos ao dispor várias políticas de protecção do PATRIMÓNIO:

- a) Legislativa/Administrativa
- b) Inventariação
- c) Classificação
- d) Conservação/Restauro
- e) Educação Patrimonial
- f) Musealização

A protecção legislativa está garantida no nosso país pela lei 107/2001 e pela adopção dos principais textos das organizações internacionais.

Na minha opinião a maneira mais eficaz de proteger o património é o seu conhecimento e o conhecimento da sua função na nossa sociedade. Isto só pode ser garantido pela Inventariação. A Assembleia da República reconhece no artº 6º da Lei 107/2001 que

o primeiro princípio geral da política de património é a “Inventariação assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação”.

A lei saiu em 2001, mas infelizmente até hoje, já lá vão cinco anos, ainda não houve tempo para a regulamentar. Quanto à Classificação, entendo que ela não é propriamente uma medida de protecção, mas antes uma distinção a um património que já devia estar protegido.

A Conservação e o Restauro para aqueles bens que decidimos que permanecessem no nosso tecido cultural são evidência sobre serem uma necessidade.

Uma outra medida que me parece das mais eficazes na protecção do património industrial (e dos bens patrimoniais em geral) é a Educação Patrimonial. Temos que aprender tudo. Como querem que amemos e protejamos o património sem saber nada sobre ele? Curiosamente a 1ª Lei de Bases do Património cometia ao Estado a função de promover a Educação Patrimonial dos portugueses. Em 15 anos de vigência da Lei o Estado nunca o fez. Solução: na lei actual, tal obrigação não figura. Já não é necessário a Educação Patrimonial.

Felizmente que alguém a vai fazendo contra a vontade do Estado. Entre outras acções, deve referir-se a do Ecomuseu do Seixal que tem promovido Acções de Formação e Educação Patrimonial destinada a professores que depois as transmitirão aos seus alunos.

Finalmente a musealização de sítios industriais ou de patrimónios ligados à indústria.

Podemos adoptar aqui a definição mais genérica de Museu como sendo uma instituição ao serviço da sociedade que tem entre outras funções as de adquirir,

conservar, estudar e divulgar testemunhos da civilização e do meio ambiente que o Homem criou.

Não queria, contudo, deixar de sublinhar que a actividade em torno do Património Industrial como aqui foi delineada, representa, sem dúvida, uma nova fase, que constitui um enriquecimento e um aprofundamento da nossa consciência de património e que isso é igualmente um momento indispensável para tornar credível uma nova política de património e legitimar as pressões sobre quem tem poderes de decisão nesta área.

Ora, nós dispomos ainda de excelentes condições de trabalho. Com efeito, no nosso país, e em virtude do consabido atraso tecnológico português podíamos ainda presenciar até há pouco tempo a coexistência no tecido industrial de várias fases tecnológicas em plena laboração. Quer isto dizer que dispomos ainda de tempo e de condições para estudar e salvaguardar um património relativamente rico e variado e, não obstante a aceleração das destruições e das sobreposições, verdadeiramente representativo das diversas fases do processo de industrialização.

Muitos aqui conhecem a Fábrica da Pólvora em Vale de Milhaços em que podíamos observar em funcionamento, a mesma máquina a vapor que em 1890 foi instalada e que desde a fundação, produziu energia para alimentar todas as unidades produtivas do estabelecimento.

Ou ainda uma unidade corticeira que tive oportunidade de visitar há poucos anos (e que, soube que entretanto encerrou as portas) e em que pude observar no mesmo espaço físico a coexistência de três processos tecnológicos sobrepostos do fabrico de rolhas. Bom! Trata-se agora de transformar esse atraso e todas as desvantagens que ele representou no

passado e ainda hoje representa, em vantagens. (Trata-se da Fábrica Queimado e Pampolim, Lda. na cidade de Amora, Concelho de Seixal).

Trata-se de afrontar com um esforço coordenado o estudo da realidade industrial portuguesa: no terreno e nos arquivos que existem, sejam empresariais, associativos, privados ou públicos.

É bom que se diga que nem tudo está por fazer. Reconheçamos que os 25 anos que tem, entre nós, a Arqueologia Industrial já produziram alguns frutos: desde o estudo sectorial ou regional de inúmeros casos industriais e pré-industriais, à realização de encontros como este que têm dado contributos notáveis ao avanço do conhecimento do Património Industrial Português; às campanhas de escavação arqueológica um pouco por todo o país: da Amora a Paços de Brandão, de Moncorvo ao Barreiro ou a Pedreanes na Marinha Grande; a realização de inventários sistemáticos do património industrial, quase sempre com o apoio, ou da iniciativa dos municípios em que a industrialização da 1ª vaga ou da 2ª vaga foram importantes. Um longo caminho já foi percorrido.

Mas, sentimo-lo todos, é preciso ir mais além: é necessário racionalizar e operacionalizar todos estes contributos e os que virão proximamente.

Trata-se, em nossa opinião, de criar um sistema nacional de investigação sobre o património industrial. Um sistema descentralizado, que abarque todo o panorama temático, temporal e espacial do Património Industrial como há pouco o definimos.

Entendemos que estes centros de investigação deverão ser simultaneamente núcleos museológicos, onde, a par das colecções, do espólio normal, existam bibliotecas e arquivos e, sobretudo, investigadores que estudem a história do património industrial e tecnológico

e os campos complementares de trabalho em Património e Arqueologia Industrial.

Forçoso é reconhecer que, também aqui, os primeiros passos já foram dados.

Por outro lado, quem suspeitaria há 25 anos apenas, quando dávamos os primeiros passos que poderíamos hoje visitar um Museu da Água ou da Electricidade em Lisboa? Ou dos Lanifícios na Covilhã? Ou da indústria cimenteira em Maceira-Liz? Ou do vidro na Marinha Grande? Ou da Fábrica de Louças de Sacavém? Além, naturalmente, daqueles outros nascidos da vontade de tantas empresas que souberam preservar boa parte do seu património histórico e técnico e que, além disso, compreendendo o alcance mais vasto da sua acção souberam reunir-se em torno da APOREM para melhor trocar experiências e consertar a sua actuação.

Há, pois, um caminho já percorrido. Necessário é analisá-lo e ampliá-lo.

Mas seja feita justiça e reconheçamos que o impulso decisivo parece-nos ter sido dado pela realização em 1984/85 da Grande Exposição de Arqueologia Industrial que teve lugar na Central Tejo sob o lema “Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender”.

Com a definição dos objectivos dessa Exposição pretendia-se:

- a) Um melhor relacionamento entre a cultura técnica e a cultura humanística conciliando a comunidade portuguesa com a tecnologia, em mediação do património industrial;
- b) estimular as empresas industriais e dos transportes para a sua história específica e para o modo como contribuíram para a história industrial e dos transportes em Portugal;

- c) proceder a um inventário sistemático do nosso espólio industrial;
- d) estimular o estudo e a divulgação dos inventores portugueses abrindo assim um campo de renovação e criatividade industrial;
- e) chamar a atenção para os aspectos mais significativos da nossa cultura material e civilização industrial, nomeadamente no que se refere à vida económica, às formas de trabalho e aos aspectos da vida quotidiana;
- f) tornar vivos espólios mortos de cariz técnico e industrial que se encontram nos armazéns de alguns museus portugueses.⁴

Como facilmente se percebe da leitura destes objectivos tratava-se já do programa de um Museu da Indústria em Portugal, a que na altura se chamou Museu da Indústria e dos Transportes e cuja efectivação contendeu com a abertura no mesmo espaço do Museu da Electricidade segundo a vontade do proprietário do edifício, a E.D.P.

No entanto, não terá sido por acaso que a Exposição teve um tratamento museológico específico, aproximando-se da museografia dos museus da Ciência e da Técnica como então a conhecíamos e concebíamos. Não foi igualmente ocasional o funcionamento anexo à exposição, ainda que, infelizmente, durante escassos meses, do primeiro Centro de Documentação de Arqueologia Industrial que existiu em Portugal.

Creio que a excursão, já longa, e de cuja extensão peço desculpa, que fizemos pelas origens e algumas

⁴ Jorge Custódio, "Introdução" in *Museologia e Arquitectura Industrial. Estudos e Projectos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991, pp. 3/4.

das realizações da Arqueologia Industrial entre nós, é suficiente para fundamentar algumas propostas que aqui ficam para discussão em torno da ideia de Museu da Indústria e sua articulação com os Museus de Empresa.

Estamos num momento em que, reconhecida a utilidade da existência de um museu da indústria, passámos à fase da sua necessidade. Pois é o Museu da Indústria o lugar privilegiado para promover o diálogo e o debate fecundos entre todos aqueles que estão sensibilizados para definir o espaço e a importância que não apenas a indústria, mas igualmente a técnica e a ciência, ocupam no interior da nossa tradição cultural. E é preciso contar com todos: historiadores, cientistas, inventores, empresários, técnicos e operários e, naturalmente, museólogos.

É ainda o Museu da Indústria o local em que poderá ser pedagogicamente visível o contributo que a indústria aportou à História, nomeadamente à História da Tecnologia, mas também do operariado, dos técnicos e empresários. Quer isto dizer que esse contributo não se confinou à história económica, mas abarca a história social e a história cultural e das mentalidades.

De resto, um tal museu permitirá perceber como o Património Industrial é uma disciplina que pode servir de elo de ligação entre a cultura técnico/científica e a cultura e a cultura humanística dado o seu carácter de ciência interdisciplinar que atrás salientámos.

Creio que não é demais insistir neste aspecto até para proveito da museografia de que tal museu deve servir-se. É que o objecto industrial conservado não veicula apenas a “memória técnica”. Vai muito para além dela. Limitá-lo a essa função é negar-lhe a própria existência das suas qualidades patrimoniais e culturais. Com efeito, todos sabemos, que a significação dos

objectos industriais só se manifesta em relação ao homem a quem eles modificaram o meio ambiente.

Função do Museu é, pois, chamar constantemente à atenção para aquilo que a indústria deve aos homens. Quer se trate dos inventores e dos técnicos, dos produtores ou dos consumidores e, também, evidenciar de que maneira ela veio influenciar os seus modos de vida. A indústria nas suas múltiplas manifestações (que vão das formas diversificadas de ocupação do território à variedade de produtos de consumo corrente) não pode ser considerada apenas como um fenómeno sectorial, mas deve sê-lo como um ento de civilização e de cultura.

Outrotanto é dizer, que no Museu da Indústria o que está verdadeiramente em causa é o homem. O objecto do Museu é em última análise o homem. O espólio não se esgota nos objectos expostos mas integra a actividade humana.

Podemos então acrescentar que o Museu da Indústria deve ter por objectivos proporcionar um melhor conhecimento do mundo natural e da sua transformação, orientada para uma melhor compreensão da história da humanidade; explicar as ciências e as suas aplicações tecnológicas, o seu desenvolvimento e as suas relações com a história económica e social e deste modo permitir e fomentar o debate e a formação da consciência crítica face ao actual desenvolvimento tecnológico. Orientar a recuperação da ciência e das tecnologias locais.

Naturalmente, não pode o museu esquecer a sua vocação de Centro de Investigação de História da Ciência e da Técnica, nem pode menosprezar a sua função pedagógica interactiva, nem deixar de assumir o papel de paladino da protecção do património científico/técnico local ou nacional, quer através de

continua recolha de materiais, quer da efectivação de inventários sectoriais, temáticos ou locais.

Como atrás deixámos dito o espólio do museu é a actividade humana e aqui assume particular relevo a recolha no Centro de Documentação do Museu dos testemunhos escritos e orais, justamente porque eles estão eivados de intencionalidade, que iluminarão os objectos expostos.

Paralelamente parece-nos que deve o Museu fomentar a investigação e a actualização ligadas à formação profissional, sendo como é, um centro didáctico interactivo.

Em síntese, diria que o Museu da Indústria pode e deve ser um Centro Cultural Interdisciplinar no sentido mais amplo.

Um tal Museu, como aqui foi apresentado é, necessariamente, uma instituição que abarca todo o espaço nacional.

Vejamos então, brevemente, de que maneira se deverá moldar a estrutura funcional de tal instituição.

Entendemos por Museu da Indústria uma estrutura polinucleada em cujo núcleo central funcionam uma exposição permanente e exposições temporárias, uma reserva técnica representativa do todo territorial, uma biblioteca/arquivo e um centro de documentação. Tal núcleo serve ainda como centro de informação e de interpretação da rede museal espalhada pelo país. Esta é constituída por museus locais ou secções específicas deles, dedicadas às indústrias e às técnicas locais, aproveitando a relação privilegiada que os museus locais mantêm com o território em que estão implantados e com a sua população; e ainda pela rede de museus de empresa que, na sua especificidade, servem ao mesmo tempo de veículo de promoção da entidade promotora e de memória histórica das técnicas

e da produção, já que é raro, para não dizer quase impossível, que nesses museus possamos sair informados sequer da actividade e da história empresarial, quanto mais da história operária, nas suas várias vertentes.

Mas também aqui os serviços de museologia/museografia do Museu da Indústria poderiam ter uma função importante na reconversão de museus de empresa já existentes e na implantação de outros que venham a surgir.

O que fica dito não desmerece a utilidade e a importância dos museus de empresa que, em muitos casos são mesmo, não apenas, a única forma de salvaguardar um património, como a melhor forma de o fazer. É que junto deles pode funcionar o arquivo empresarial e até sindical, mas sobretudo porque, perto deles trabalham ainda aqueles que directamente conheceram ou produziram o próprio espólio do museu. Esses serão, sem dúvida, os melhores conservadores de museu, porque os mais competentes, e, já temos, entre as empresas com museus alguns exemplos disso.

Resta acrescentar que esta estrutura polinucleada do Museu de Indústria integrando todas as experiências museais que no território nacional têm por base a indústria, não implica naturalmente, nenhuma dependência hierárquica nem funcional, mas tão só a consciência da necessidade de uma articulação entre todos os que concorrem para um melhor conhecimento da cultura industrial portuguesa.

Aqui ficam pois estas propostas para o futuro.

É que a investigação do passado e a salvaguarda de sítios e colecções industriais, além de permitirem a recuperação da memória tecnológica e, em muitos casos, a sua reutilização, são, além disso, a

chave da entrada na “caixa negra” da tecnologia da idade contemporânea.

O MUSEU MINEIRO DO LOUSAL

O Museu Mineiro do Lousal instalou-se num território que, após quase um século de exploração mineira, era uma zona degradada dos pontos de vista ambiental e paisagístico, social e economicamente deficitária, marcada por restos da exploração e em que são visíveis os estigmas que são sempre inevitáveis com o abandono de projectos que sustentaram durante muito tempo e em exclusivo o desenvolvimento local.

Neste caso, menos de dez anos após o encerramento, o antigo proprietário das minas (SAPEC) e o município local (Câmara Municipal de Grândola) uniram esforços para promover no Lousal uma iniciativa de desenvolvimento integrado, capaz de reabilitar económica e socialmente a região e com uma forte componente cultural.

A criação do Museu Mineiro integra-se num projecto mais amplo, que visa corrigir assimetrias do passado recente e promover o desenvolvimento integral e sustentado do Lousal: o RELOUSAL – Programa de Desenvolvimento Integrado e de Redinamização do Lousal. A promoção e a gestão deste programa pertencem a uma fundação - Fundação Frederic Velge – que congrega as duas instituições citadas. Para a realização da parte cultural foi convidada a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), que se encarregou de desenvolver o “Projecto de Musealização da Mina do Lousal” e de elaborar um programa museológico.

A concepção e a implantação do programa museológico implicaram um diálogo msalvuarda dos

interesses de toda as partes. Também por essa razão o programa teve de ser faseado, ao longo de alguns anos, ainda que fosse mais aliciante a sua abertura ao público em simultâneo e com a apresentação da totalidade do Museu Mineiro.

Refira-se que, uma vez assegurada a viabilidade do projecto, se tratou de uma oportunidade única e pioneira no nosso país de musealizar uma mina. De facto, nas últimas décadas Portugal tem assistido ao encerramento sucessivo das suas minas sem que jamais tenha sido possível mostrar ao público o que é a actividade mineira.

O projecto do Lousal reúne todas as potencialidades para tornar-se num verdadeiro pólo de dinamização com três vertentes:

- Cultural - graças à preservação e reabilitação do património geológico e mineiro (nas suas componentes de arqueologia e história mineira, de história Geológica e de arqueologia industrial);
- Científica - graças ao estudo e à divulgação que se pode fazer desse património, nomeadamente através de um Centro de Documentação/Arquivo a criar anexo ao Museu, e das publicações do mesmo;
- Pedagógica - graças à possibilidade que pela primeira vez se oferece ao público português, nomeadamente aos estudantes e outros interessados, de tomar contacto com o universo das minas, da mineração e dos mineiros.

Tal projecto é então uma infraestrutura de carácter sócio-cultural de que a região e o país careciam. E se é certo que se trata de uma iniciativa de

âmbito local não é menos verdade que o alcance que terá excede em muito a região do Lousal e diz respeito a todo o país.

A musealização de um espaço mineiro assume, pois, uma dupla importância: para a *população local*, pela oportunidade de redinamização sócio-económica e pela reabilitação de um património sempre presente no quotidiano dos habitantes e nas suas representações mentais, nomeadamente afectivas; e para os *visitantes* que têm uma apetência pelo universo mineiro, já pelo conhecimento dessa realidade, já pela sedução por esse mundo desconhecido e obscuro feito de mistérios em que tudo se passa nos subterrâneos.

Sublinhe-se, finalmente, que se pretendeu com este projecto contribuir para o desenvolvimento sócio e cultural dos habitantes e dos visitantes, para o enriquecimento económico do local, corrigindo assimetrias, para um aumento progressivo do bem estar pessoal e social e da qualidade de vida, isto é, para o *desenvolvimento integral* e não apenas para o *crescimento económico*.

Pensar o desenvolvimento do Lousal ligado à existência de um Museu – um museu de território – pressupõe o envolvimento e a participação da população local e só é possível graças à importância acrescida que na sociedade contemporânea assumem as questões culturais.

Para além de recolher e preservar o património cultural – no caso presente as memórias, os saberes, os espaços e as técnicas decorrentes da exploração mineira, assegurando a sua transmissão às gerações futuras, o Museu assume uma formação educativa, dirigida a um público amplo: sensibiliza para a preservação de um património que testemunha a evolução histórica de uma região; desenvolve nas

gerações mais jovens o respeito pela actividade desenvolvida pelos mineiros; sensibiliza para as questões ambientais; permite a formação em determinadas áreas – geologia, engenharia de minas, etc.

Um museu assim concebido pressupõe a interdisciplinaridade, necessariamente presente na sua planificação e na sua gestão, permitindo o entrecruzamento e a valorização dos vários saberes – técnicos, científicos e empíricos.

O programa e o faseamento da instalação do *Museu Mineiro do Lousal*, tiveram em conta a pluralidade e os interesses dos públicos potenciais da instituição.

Com efeito, foram considerados três segmentos de públicos:

- Os habitantes – antigos mineiros, familiares ou outros de alguma forma relacionados com a mina;
- O público escolar (e outros grupos organizados com interesses específicos);
- O público em geral.

Para cada um destes públicos há que prever as expectativas, propor programas de atendimento diferenciado e dar respostas que aliem a um tempo o realismo e a imaginação.

Entendemos que, em casos como este, os melhores museólogos são sempre os antigos mineiros, já pelo conhecimento que têm da realidade, já pelo “amor” que têm à mina e à mineração e, ainda, pela disponibilidade que manifestam na transmissão dos seus saberes e saberes-fazer.

Era pois, desejável que uma parte considerável dos postos de trabalho a criar fosse preenchida por antigos mineiros.

Todavia, será necessário promover a criação de um Serviço Educativo capaz de, em instalações apropriadas, receber, com capacidade de resposta científica e didáctica, os grupos de escolas e os grupos com interesse específico.

No restante, as estruturas e os equipamentos do Museu Mineiro do Lousal responderão às necessidades das instituições museológicas como elas estão definidas pelo ICOM.

O Museu Mineiro foi pensado como um Museu polinucleado, aproveitando as antigas instalações mineiras e de apoio ao trabalho da mina. Muitas delas necessitaram de obras de manutenção e, mesmo, de intervenções arquitectónicas mais profundas.

Os visitantes, que serão acolhidos na *Recepção*, contarão aí com um *Centro de Interpretação* que dá conta dos núcleos museológicos existentes, integrando e contextualizando a actividade das minas na “faixa piritosa ibérica” e no Concelho de Grândola. A exposição permanente do Núcleo Central comporta duas vertentes:

A – História Mineira

B – Arqueologia e História do Lousal

Um núcleo marcante pela sua proeminência no terreno e pelo valor icónico é o Malacate, cuja recuperação está já concluída.

Num dos antigos edifícios do complexo mineiro será instalado um Núcleo Geológico.

A Central Eléctrica, que fornecia energia a toda a actividade mineira e à povoação, manteve-se parcialmente em funcionamento até há pouco tempo

pelo que o seu estado de conservação é razoável. Por outro lado, conserva máquinas que atestam vários períodos tecnológicos da produção de energia, pelo que o seu valor científico e pedagógico representa um enorme potencial.

O arranjo do espaço permitiu que parte dele fosse transformado em galeria de exposições temporárias.

O Paiol de explosivos será outro núcleo do museu. Provavelmente, enquanto não for possível musealizar um poço e um troço da galeria subterrânea, poderá o paiol servir como simulação de tal núcleo, após obras de adaptação que comportem uma entivação em madeira.

Todos os núcleos terão um espaço para Exposições Temporárias, a programar de acordo com a especificidade temática de cada um deles.

Pretende-se igualmente criar um Arquivo/Centro de Documentação que albergue documentação sobre a actividade mineira em geral, no Lousal e sobre a história local.

Será também criado um parque de diversões infanto-juvenil cujos equipamentos serão de temática mineira e industrial.

Faseamento

Exposição:

I

- 1 . Central Eléctrica – Exposição sobre a própria central e sobre energia e minas
- 2 . Centro de Interpretação – Mina e Concelho de Grândola
- 3 . Malacates
- 4 . Parque de Diversões

II

- 1 . Musealização do Paiol como galeria
- 2 . História Geológica
- 3 . Parque de Diversões

III

- 1 . Musealização de um troço da mina
- 2 . História da Mineração
- 3 . História da Mina do Lousal
Técnica/tecnologia;
História social (operária, patronal)
- 4 . Parque de Diversões

MUSEU :

Exposições – núcleos

- 1 – Centro de Interpretação
 - A Mina do Lousal : Contextos :
 - Local
 - O Concelho de Grândola
 - A Faixa Piritosa Ibérica – outras minas
 - Destino do minério
- 2 – Núcleo Central
 - A – História Mineira
 - Arqueologia e História Mineira
 - Origem e evolução
 - Técnica e tecnologias
 - Sistemas de exploração
 - Utilização dos minerais no quotidiano
 - B – A Mina do Lousal
 - Descoberta
 - Origem e evolução da exploração

Técnicas e tecnologias empregues

História social

- Operária
- Sindicatos
- Associações
- Lutas e Greves
- Habitação
- Educação
- Lazer e Cultura
- Doenças
- Quotidiano na mina
- Empresarial
 - Organização
 - Serviços
 - Instalações
 - Pessoal
 - Escritórios
 - Outras instalações

3 – Núcleo Geológico

4 – Malacates

5 – Central Eléctrica

6 – Paiol

7 – Poço e Galeria Subterrânea

8 – Arquivo/Biblioteca/Centro Documentação

9 – Parque de Diversões